

EXISTÊNCIA E FICÇÃO OU O BRASIL COMO "PERSONAGEM" NA ESCRITA DE EDUARDO LOURENÇO

João Tiago Pedroso de Lima
Universidade de Évora

RESUMO:

A partir de uma reflexão acerca da especificidade do ensaio tal como Eduardo Lourenço o pensa e o pratica, designadamente nas suas relações com a ficção, procura-se ver qual o lugar e a importância que o Brasil ocupa em sua obra. Efectua-se uma revisão da leitura que Eduardo Lourenço realiza da existência como vida escrita, depois explora-se como a experiência intransitiva da escrita configura a descoberta da existência como ficção. A seguir, pretende-se mostrar como o Brasil constitui um elemento protagonista na experiência ensaística do autor.

PALAVRAS-CHAVE:

Eduardo Lourenço, Brasil, Ficção, Ensaio, Mito, Colonialismo.

ABSTRACT:

Starting at a reflection on the specificity of the essay as Eduardo Lourenço thinks and practices, particularly in its relations with fiction, we seek to see what would be the place and importance of Brazil as a subject occupies in the various places of this essayism. The communication makes a revisitation of the reading performed by Eduardo Lourenço of life as written life, then, explores how the intransitive experience of writing configures the discovery of the existence as fiction. The following is intended to show how Brazil is a key protagonist in the essayistic experience by Eduardo Lourenço.

KEYWORDS:

Eduardo Lourenço, Brazil, Fiction, Essay, Myth, Colonialism.

I

“Montaigne ou a vida escrita” é um ensaio de Eduardo Lourenço, agora republicado no primeiro volume das suas *Obras completas, Heterodoxias*, onde se traçam as relações entre o autor deste «livro sem genealogia, de inumerável descendência» (LOURENÇO, 2011, p. 535), *Essais* de Montaigne, e a existência *como* escrita. É neste *como* que se vai jogar o essencial do que aqui vamos tentar dizer.

No entanto, devemos começar com uma pequena nota. Quase uma correção. A bem dizer, *Montaigne ou a vida escrita* é o título não de um, mas de dois textos que sendo, num certo sentido, o mesmo, não o são absolutamente. Expliquemo-nos melhor. Em 28 de junho de 1992, Eduardo Lourenço escreveu em francês, circunstância que, sendo pouco habitual, não é de facto inédita (é necessário referir que Eduardo Lourenço vive há largas décadas em França?), um texto sobre o ensaísmo de Montaigne. Como reconheceu um dia mais tarde, trata-se de um gesto de uma audácia quase inconsciente. Na verdade, o que autoriza um ensaísta (seja lá o que isso possa significar), ainda por cima português, a escrever *mais um* ensaio em francês sobre o inventor do ensaio como género? Provavelmente nada, nem ninguém. Mas, ao mesmo tempo, é possível admitir que alguns gestos só conquistem a sua legitimidade *a posteriori*.

E se não nos atrevemos a considerar “Montaigne ou a vida escrita” um dos grandes textos que, no nosso tempo, se escreveu sobre Montaigne – a ousadia lusitana tem limites, pelo menos no nosso caso... – não arriscaremos muito, no entanto, se dissermos que se trata de um dos escritos mais fascinantes de Eduardo Lourenço, funcionando até como uma óptima porta de entrada para uma compreensão do ensaísmo, tal como ele o pensa e o pratica. Do nosso ponto de vista, este é um texto que parece fruto de uma espécie de inspiração (um texto que *lhe aconteceu*, poder-se-ia dizer) de tal modo que, quando lhe pediram para o traduzir para a nossa língua, Eduardo Lourenço sentiu uma enorme dificuldade em realizar essa, aparentemente simples, tarefa. No fundo, tratava-se apenas de regressar ao lugar donde, supostamente, este ensaio tinha emergido. Ainda assim, essa tradução foi feita pelo próprio Eduardo Lourenço e por ele enviada, algo a contragosto, para Lisboa. E, deste modo, em 12 de setembro desse mesmo ano, o leitor de língua portuguesa pôde encontrar, nas páginas da *Revista* do jornal *Expresso*, o texto “Montaigne ou a vida escrita”. Refira-se de passagem que, em *Heterodoxias*, é possível encontrar os dois textos: o original francês e a versão, mais curta e com ligeiras modificações, em português.

Nesta última versão (mas não seria melhor, ou mais exacto, dizer “neste último texto?”), as frases iniciais rezam assim: «Se Montaigne não sabia quem era e, para o saber, decidiu escrever-se, sabia muito bem que existia. Poucos homens antes dele, e ainda menos depois dele, o souberam com a mesma intensidade» (LOURENÇO, 2011, p. 535). Claro que, na formulação inicial (em francês), esta distinção entre ser e existir não vem ainda assinalada, passando assim despercebida. «Si Montaigne ne savait pas qui il était, et si, pour le savoir, il s’est mis à s’écrire, il savait qu’il était. Peu d’hommes avant lui, et encore moins après lui, l’ont su avec autant de force» (LOURENÇO, 2011, p. 463). A tendência natural será, por isso, considerar esta *tradução* uma transformação, inevitável mas legítima (legitimação reforçada até pela circunstância de Eduardo

Lourenço ser o autor das duas versões, a original e a segunda), uma transformação decorrente do próprio acto de traduzir que consiste sempre num movimento que é, no mesmo lance, transporte e mudança. Contudo, o que aqui gostaríamos de propor era uma coisa diferente. Uma outra leitura. Se calhar, uma outra tradução, pois, estamos de acordo com Gadamer quando diz que *Lesen ist wie Übersetzen*, ou seja, ler é traduzir. A nossa hipótese é, portanto, a seguinte: e se dissermos de Eduardo Lourenço o *mesmo* (mas aqui o *mesmo* já seria, sempre e forçosamente, algo diferente) que ele diz de Montaigne?

Ou seja, se Eduardo Lourenço não sabe quem é e, para o saber, decide escrever-se, então sabe muito bem que existe. Poucos homens antes dele, e ainda menos depois dele, o sabem com a mesma intensidade/força. Queremos também sublinhar que Eduardo Lourenço não nos diz por que motivo Montaigne escreve. Ou seja, não se trata de descobrir a razão pela qual se escreve ou se deixa de escrever. Aliás, noutra ocasião, Eduardo Lourenço afirma mesmo: «Não se sabe nunca porque se escreve» (LOURENÇO, 2011, p. 379). Tal significa que se escreve para se saber por que se escreve? É bem possível. Escrevem (Montaigne e, acrescentamos nós, Eduardo Lourenço) porque sabem que existem: eis a tese de onde partimos. Como caracterizar esse saber? Eduardo Lourenço não diz que Montaigne sabia mais ou melhor que existia do que os outros homens (sobretudo daqueles que o sucederam, e este pormenor não é irrelevante). Sabia-o com mais força, com mais intensidade. Com mais sabor, diríamos nós, se nos for permitido evocar a *lição* de Roland Barthes. Da existência, do existir o que talvez se possa saber não é senão uma questão de força, de intensidade, de sabor.

Escreve ainda Eduardo Lourenço: «Não tendo encontrado ninguém senão ele próprio no seu caminho, Montaigne converteu o interminável espanto deste encontro em escrita». Lemos/traduzimos directamente do texto em francês: «N’ayant trouvé nul autre que lui-même sur son chemin, il a converti l’interminable étonnement de cette rencontre en écriture». Na tradução que o próprio Eduardo Lourenço faz desta frase, introduz dois elementos novos. Assim, podemos ler: «Não tendo encontrado ninguém mais interessante e estranho do que ele mesmo no seu caminho, Montaigne converteu o espanto sem fim deste encontro em experiência escrita». Onde se podia ler uma espécie de solidão no primeiro texto – Montaigne não encontrou mais ninguém a não ser ele mesmo, e é na sequência desta espantosa e interminável descoberta que escreve –, podemos ler agora outra coisa. Montaigne não encontrou “ninguém mais interessante e estranho do que ele mesmo no seu caminho”. Descobriu-se único onde antes se tinha descoberto apenas só? Serão estas duas descobertas diferentes ou representam, pelo contrário, a mesma coisa? Pouca importa, talvez. Mais relevante do que isso é reparar que a intensidade e a força desse saber constituem uma espécie de propulsor do

processo da escrita. Quem, como Montaigne, se descobre único ou *o* único, descobre-se «ao mesmo tempo o mais só e o mais acompanhado dos homens» (LOURENÇO, 2011, p. 535). Escreve-se, então, sempre por causa dos outros: quer estes existam ou não. Essa é, aliás, cremos, uma das grandes lições de Fernando Pessoa.

II

Pessoa revisitado, um dos livros mais relevantes da extensa bibliografia de Eduardo Lourenço (há quem diga mesmo: *o mais relevante*), sempre nos pareceu um caso a vários títulos peculiar. No prefácio à segunda edição da obra, Eduardo Lourenço diz que, «em princípio, os livros felizes não têm história» (LOURENÇO, 1981, p. 11). Se calhar, dizemos nós, os livros felizes lêem-se, enquanto os outros se deslêem, embora a palavra *desleitura*, tantas vezes escrita por Eduardo Lourenço, leve dentro de si o acto de quem lê. Ora, a *história* de *Pessoa revisitado* fez-se e desfez-se com equívocos. O menos divertido deles não foi, com certeza, o que sucedeu três anos após a sua publicação inicial ocorrida em 1973. Na ocasião, Eduardo Lourenço é surpreendido ao receber uma carta que anuncia uma «vaga recompensa como autor de *A pessoa revisitada*» (LOURENÇO, 1981, p. 11). É realmente estranho que um júri atribua um prémio a um livro e que, ao mesmo tempo, se equivoque e o designe com um outro nome. Daí o espanto de Eduardo Lourenço que comenta: «O lapso de tempo, o júri entretanto evaporado (arrependido?), a peripécia revolucionária explicam sem dúvida a deliciosa metamorfose de um título. Espero que Pessoa tenha achado justa a punição que todos os críticos merecem só por sê-lo. Eu achei-lhe graça, naturalmente» (LOURENÇO, 1981, p. 11).

Para além da graça do equívoco ou da *desleitura* do título, interessa-nos sublinhar a ideia expressa na outra frase: “Espero que Pessoa tenha achado justa a punição que todos os críticos merecem só por sê-lo”. Aqueles que acreditam na ficção carnapiana, segundo a qual as proposições que não são «examináveis [e que por isso não] têm conteúdo factual» (CARNAP, 2002, p. 55) são obrigatoriamente desprovidas de sentido, decerto que incluiriam a frase de Eduardo Lourenço nesse lote. Afinal, como poderia Fernando Pessoa considerar justa essa punição? Mais: como poderia Eduardo Lourenço saber que Pessoa, quarenta depois da sua morte, acharia isso ou qualquer outra coisa? Carnap dá o seguinte exemplo: «a proposição “no quarto ao lado encontra-se uma mesa pé-de-galo” é *examinável*» (CARNAP, 2002, p. 55). Realmente para *examinarmos* se Pessoa acharia, ou não, justa a punição da modificação do título, não chega fazer algo semelhante a abrir a porta e olhar para dentro do quarto ao lado. E no

entanto... podemos reconhecer que a frase não é desprovida completamente de sentido! Mesmo que confunda, como não custa reconhecê-lo, realidade e ficção. Ou se calhar até por isso mesmo.

O que nos parece existir de especialmente novo na exegese pessoana de Eduardo Lourenço tem duas dimensões que, embora se relacionem entre si, à primeira vista parecem contraditórias ou até incompatíveis. Por um lado, trata-se de admitir que não há melhor intérprete da poesia de Pessoa do que o próprio Pessoa. Contudo, isso não significa (e esta é a segunda dimensão da leitura de Eduardo Lourenço) que Pessoa domine todos os passos da sua *criação poética*, o que interdita, desde logo, a tese de que se trata de um mistificador. Como todos sabemos, Fernando Pessoa, na famosa carta a Adolfo Casaes Monteiro sobre a génese dos heterónimos, narra «o dia triunfal» (PESSOA, 1999, p. 343) da sua vida. Nas suas próprias palavras, «foi o aparecimento de alguém em mim, a quem dei desde logo o nome de Alberto Caeiro». E remata assim: «Desculpe-me o absurdo da frase: aparecera em mim o meu mestre» (PESSOA, 1999, p. 343). Ou seja, Pessoa desculpa-se pelo *absurdo da frase* (Carnap diria, sem dúvida, que se trata de uma proposição sem sentido), mas escreve-a. Dá-lhe sentido. Com ela talvez expresse (é essa a leitura de Eduardo Lourenço, pelo menos) precisamente a ideia de que o poeta não é um sujeito transcendental soberano do qual dependem os poemas e até mesmo os heterónimos que, como sublinha Eduardo Lourenço, são exigidos pelos vários textos que ele é. Com efeito, «o autor não esconde um *mesmo texto* sob nomes diferentes: ele é *vários autores* apenas e na medida em que é vários textos, isto é, textos que exigem vários autores» (LOURENÇO, 1981, p. 24). Levar esta tese a sério significa, antes de mais, remover a hipótese de que a génese dos heterónimos é um *baile de máscaras* completamente controlado por alguém que está, por assim dizer, *fora de jogo*.

Ou seja, Pessoa sabe e não sabe por que motivo *se criam nele* os heterónimos. A descrição que desse dia triunfal é feita na famosa carta a Casaes Monteiro é, em nosso entender, completamente clara, mesmo que não *examinável* (no sentido carnapiano deste termo). Quando na carta lemos que “Chuva oblíqua” é «a reacção de Fernando Pessoa contra a sua inexistência como Alberto Caeiro» (PESSOA, 1999, p. 343) não estamos perante a decifração causal do poema, mas, sim, perante o reconhecimento da natureza indecifrável ou não auto-transparente do que nós somos. Talvez por isso mesmo dele também não seja impossível dizer que se trata, ao mesmo tempo, do mais só e mais acompanhado de todos homens.

Não é este o contexto mais adequado para enunciar todas as implicações que esta ontologia negativa de Pessoa vai ter em Eduardo Lourenço, para quem ela «é o lugar exacto em que a visão ingénua e sonâmbula da existência se constitui como questão sem

resposta e sem repouso» (LOURENÇO, 1983, p. 163). Julgamos que, para muitos autores, tratando-se a existência de uma questão sem resposta, passaria por esse motivo a ser questão resolvida. Isto, se chegasse a ser questão. Seria, quando muito, um pseudoproblema. Mas quem nos pode garantir que essa suposta *leitura factual da existência* não é, afinal, a maior de todas as ficções?

III

Não tendo ainda completado 22 anos e estando a frequentar o último ano da sua licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas na Universidade de Coimbra, publicou Eduardo Lourenço no suplemento literário do diário *A Tarde* um artigo dedicado ao que chamou os “novos romances brasileiros”, mais concretamente os livros recém-editados de José Lins do Rego e Jorge Amado. O texto, nunca até agora recolhido em livro, interessa-nos por diversos motivos. O tom do artigo é razoavelmente elogioso, embora o jovem crítico assinale alguns limites, visíveis sobretudo em livros anteriores do autor de *Terras do sem fim*, nos quais o romancista teria «sacrificado muito da imediateza brutal e poética das suas figuras ao messianismo positivo da sua esperança» (LOURENÇO, 1945, p. 3). E Eduardo Lourenço acrescenta que, em Jorge Amado, «uma consciência muito clara das causas últimas dos conflitos que enredam as suas vidas tem prejudicado algumas das suas criações» (LOURENÇO, 1945, p. 3). Esta reserva, que Eduardo Lourenço estende a alguns textos dos seus amigos da geração do neo-realismo coimbrão, e o que chama «o costumado misticismo carnal» (LOURENÇO, 1945, p. 4) de Jorge Amado são aspectos menos conseguidos que, ainda assim, não impedem o estudante crítico de sublinhar também a *novidade* dos *novos romances* brasileiros, designadamente face aos seus contemporâneos europeus. Daí que, acerca de Jorge Amado, diga Eduardo Lourenço haver nos seus livros «um amoralismo lírico e ingénuo que torna as [suas] (...) figuras tão extraordinárias e para nós europeus quase incríveis» (LOURENÇO, 1945, p. 4). E acrescenta: «por mais que faça, [André] Gide só cria tipos imorais e não amorais. Jorge Amado, afundando-os no crime, conserva-lhes uma pureza estranha [pois] até esses cabras e terríveis coronéis têm a sua intimidade, as suas decepções amorosas de homens comuns» (LOURENÇO, 1945, p. 4). Claro que não foi por causa desta ainda juvenil recensão crítica que Eduardo Lourenço se tornou uma das vozes mais respeitadas do ensaísmo literário português, embora seja possível descortinar nela alguns elementos importantes. A nossa ideia, ao recuperar este artigo do jornal português *A Tarde*, prende-se também com o facto de, mais de dez anos passados, quando Eduardo Lourenço vem ensinar Filosofia para a Universidade da

Bahia ter, por assim dizer, *conhecido* essas figuras da ficção de Jorge Amado, entre as quais se contava o próprio autor de *Terras do sem fim*.

Numa entrevista concedida a Rui Moreira Leite em 2000, Eduardo Lourenço revela como viveu essa experiência:

Quando vim para o Brasil a cultura era apenas livresca, isto é, feita através de leituras e como toda a minha geração – e já vinha um pouco da geração anterior – estávamos a par do que naquela altura era novidade: o impacto [...] da literatura [...] brasileira [...]: pertenço a uma geração para a qual Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz eram presenças muito vivas no contexto cultural português. Era uma novidade pois era uma literatura diferente da que, naquela altura, se fazia na Europa [...].

[...] Quando cheguei [à Bahia] comecei a achar que o Jorge Amado tinha sobretudo um ouvido absoluto [...] ele captava instintivamente aquele falar da Bahia e aqueles seus personagens já me pareciam menos extraordinários do que antes, porque, de facto, os seus personagens andavam na rua [...]. Vim ali encontrar, ao fim de um ano, os personagens reais dos romances de Jorge Amado [LOURENÇO, 2009, p. 296-297].

Sobre o próprio Jorge Amado, Eduardo Lourenço relata mesmo o que se passou certa vez, quando conheceu pessoalmente o famoso romancista da Bahia: «um amigo dele fazendeiro [...] passou todo o almoço a perguntar ao Jorge Amado se ela era de Itabuna ou de Ilhéus. E Jorge Amado respondia com o ar assim-assim, uma e outra coisa» (LOURENÇO, 2009, p. 297). Se virmos bem, esta cena poderia ser retirada, quase integralmente, do romance *Terras do sem fim*, onde lemos o seguinte: «quando perguntavam a um morador dali [de Tabocas], que estivesse de passeio em Ilhéus, de onde ele era, o homem respondia cheio de orgulho:

- Sou da cidade de Itabuna» (AMADO, 1973, p. 139).

Os primeiros contactos com o Brasil foram, para Eduardo Lourenço, uma mescla de realidade e ficção. Nada mais natural, no fim de contas, para alguém que uma vez afirmou: «os autores que me interessam são os que me compreendem a mim» (LOURENÇO, 1986, p. 6). E, ao falar em autores, Eduardo Lourenço poderia também, julgamos, falar em livros ou em personagens. Ou até no Brasil que, eis a nossa tese, desempenha um papel decisivo no ensaísmo de Eduardo Lourenço. Como iremos procurar mostrar a partir de agora.

IV

É sabido que essa atmosfera, impregnada de uma ficção digna dos cenários dos romances de Jorge Amado, não foi suficiente para Eduardo Lourenço permanecer mais do que um ano na Bahia. Pouco importa agora indagar quais os motivos para uma tão curta estadia. Mais relevante é, sem dúvida, registrar que foi «no Brasil que, paradoxalmente, – diz Eduardo Lourenço – comecei a interessar-me por este tema do império, da colonização, e no fundo foi aqui que nasceu a ideia de que não se podia ter uma leitura da história portuguesa, da cultura portuguesa, sem conhecer esta outra parte do que tinha sido o império português. Em última análise, portanto, todo o *arrière plan* do *Labirinto da saudade* tem a ver com a minha estadia na Bahia» (LOURENÇO, 2009, p. 298). Ora, se, para muitos, Eduardo Lourenço é, antes de mais, o autor de *O labirinto da saudade*, então é possível dizer que a experiência brasileira constitui a *arqueologia* dessa obra emblemática.

A reflexão sobre o Brasil e, em especial, sobre o horizonte imaginário no qual se tecem as relações entre a cultura portuguesa e a cultura brasileira ocupam um espaço e um relevo indiscutíveis no ensaísmo de Eduardo Lourenço. Textos que preenchem parte considerável de livros como *A nau de ícaro* (1999) e *A morte de Colombo* (2005) são testemunho disso mesmo, como Maria de Lourdes Soares muito bem assinalou em estudo dedicado a este tema e que, em nosso entender, resume exemplarmente o que há a dizer de essencial sobre a matéria em causa (SOARES, 2003, p. 215-223).

Ainda assim, gostaríamos de terminar com uma referência a um ensaio inédito de Eduardo Lourenço, ao que parece escrito nos últimos anos da década de 50 do século passado (ou seja, durante ou imediatamente após a estadia na Bahia), e que tem o sintomático título *O mito da comunidade luso-brasileira*. Claro que há neste manuscrito (que lamentavelmente não está completo) vários elementos demasiadamente circunstanciais, que têm a ver com as relações políticas e diplomáticas entre os dois países, num momento histórico muito particular. Relembre-se que o Estado Novo de Salazar procurava justificar a continuidade das colónias portuguesas em África, invocando, como exemplo da bondade do colonialismo português, o caso brasileiro. Eduardo Lourenço mostrará bem, no livro *Situação africana e consciência nacional* (1976) e que apenas será publicado depois do 25 de abril de 1974, mas que foi escrito na primeira metade da década de 60, como a mitologia do que ele chama um *colonialismo inocente* é comum a apoiantes e a adversários do regime. Mesmo um autor como Cunha Leal, declarado opositor da política salazarista, defendia a tese segundo a qual, em termos de experiência colonizadora, «se alguns podem ter feito mais [que Portugal], ninguém se pode vangloriar, com justiça, de ter feito melhor» (LEAL, 1961, p. 61). Em relação ao Brasil, Cunha Leal elogia mesmo o facto de os portugueses terem «educado a massa geral da população para o gozo da autonomia» (LEAL, 1961, p. 60).

E, de facto, também neste texto inédito, Eduardo Lourenço visa desconstruir os alicerces da mitologia portuguesa que, como acabámos de ver, não era exclusiva da ideologia oficial do Estado Novo. Escreve Eduardo Lourenço: «Nós [os portugueses, entenda-se] dirigimo-nos ao Brasil pondo-lhe uma mão maternal no seu grande ombro mas o nosso filho cresceu muito e não se dá conta de tão afectuoso gesto» (LOURENÇO, s/d, p. 3). E prossegue: «Não compete a um português pronunciar-se acerca da forte ou fraca consciência que o brasileiro médio possui de uma comunidade profunda com Portugal. [...] Em si mesma ela é assunto brasileiro, ela é criação, expressão da realidade do homem brasileiro» (LOURENÇO, s/d, p. 3). Por isso, reconhecer que o Brasil ignora Portugal e, segundo Eduardo Lourenço, esse é um facto não apenas evidente como compreensível, tem de ser o primeiro passo para se construir um diálogo que seja mais do que um inútil devaneio lusíada. A verdade é que, segundo Eduardo Lourenço, «o Brasil só é autêntico Brasil para a mitologia comum dos brasileiros a partir da sua Independência, o que, diga-se de passagem, é uma diminuição do poder autonomista da realidade autêntica do Brasil. Mas pouco importa, isto é assunto brasileiro». E o ensaísta prossegue:

Mais cedo do que se pensa o português foi *brasileiro*. Quem se aproximou das suas costas a 22 de abril de 1500 era um *homem velho*. Mas quem delas desapareceu a três de maio era já, sem bem o saber, um *homem novo*. Num sentido bem diferente daquele que ele teria na boca das novas gerações hiper-nacionalistas do Brasil, raiadas de xenofobia, nós diremos que a carta de Pêro Vaz de Caminha é já *brasileira* (LOURENÇO, s/d, p. 5).

Com efeito, ao remeter a cultura portuguesa para o plano do que Eduardo Lourenço designa por *pré-história*, a cultura brasileira como que rasura uma das suas origens decisivas. Num determinado momento da sua história, fê-lo intencionalmente. Hoje (quer esse hoje seja 1958, quer seja *hoje mesmo*) nem disso sente necessidade, pois não se rasura o que não se vê. E, para Eduardo Lourenço, ao contrário da consciência portuguesa, obsessivamente mergulhada num passado mítico, «à consciência do brasileiro é essencial o êxtase maravilhado do presente e o entusiasmo pelo futuro» (LOURENÇO, s/d, p. 6). É provável que nem uma nem a outra tenham a razão toda e, por isso, não a falhem também por completo.

Como português, Eduardo Lourenço diz ter descoberto, na ficção e na existência, porventura na existência como ficção, que «o Brasil é um país para quem Portugal é um ponto vago num mapa maior chamado Europa, ou vaga reminiscência escolar do sítio donde há séculos chegou um certo Álvares Cabral» (LOURENÇO, 1999, p. 135). Ao descobrir-se assim, Eduardo Lourenço converteu em escrita esse espantoso encontro com um Portugal que até aí desconhecia. O Brasil que lhe interessava era o que, através da sua incomensurável diferença, permitia encontrar

Portugal. Antes de atravessar o Atlântico, primeiro nas páginas de José Lins do Rego e de Jorge Amado, depois quando mergulha ele mesmo no cenário ficcional da Bahia, podemos dizer que Eduardo Lourenço não sabia o que era Portugal. Talvez hoje ainda o não saiba. Mas sabe que existe como português. E poucos outros o saberão com a mesma força, com a mesma intensidade ou, pelo menos, com o mesmo sabor.

REFERÊNCIAS:

- AMADO, Jorge, *Terras do sem fim*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1973.
- CARNAP, Rudolf. *Pseudoproblemas na filosofia*. Tradução do alemão por António Zilhão. 1. ed. 1928. Lisboa: Cotovia, 2002.
- LEAL, Cunha., *O colonialismo dos anticolonialistas*. Lisboa: Edição do Autor, 1961.
- LOURENÇO, Eduardo. *O mito da comunidade luso-brasileira*, ms inédito, s/d.
- _____. Novos romances brasileiros. *A Tarde*, Porto, Suplemento Das Artes, das Letras, p. 3-4, 26 maio 1945.
- _____. *Fernando Pessoa revisitado*. 2. ed. Lisboa: Moraes, 1981.
- _____. *Poesia e metafísica*. Camões, Antero, Pessoa. Lisboa: Sá da Costa, 1983.
- _____. Tudo me é pretexto para falar de mim, entrevista por Inês Pedrosa. *Jornal de Letras, Artes & Ideias*, Lisboa, n. 231, p. 2-6, 6 dez. 1986.
- _____. *A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- _____. “A miragem brasileira”, entrevista por Rui Moreira Leite. *Colóquio-Letras*, Lisboa, n. 171, p. 296-312, 2009.
- _____. *Heterodoxias. Obras completas*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- PESSOA, Fernando. Carta a Adolfo Casaes Monteiro, 13 de janeiro de 1935. In: _____. *Correspondência 1923-1935*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999.
- SOARES, Maria de Lourdes. Eduardo Lourenço e as labirínticas relações Brasil-Portugal. *Revista Letras*, Curitiba, n. 59, p. 215-223, jan. 2003.

MINICURRÍCULO:

João Tiago Pedroso de Lima é professor auxiliar da Universidade de Évora. Autor de *Existência e filosofia. O ensaísmo de Eduardo Lourenço* (Porto: Campo das Letras, 2008), entre outros. É membro da Associação Portuguesa de Filosofia

Fenomenológica e do Núcleo de Investigação de Ciência Política e Relações Internacionais (NICPRI) da Universidade de Évora.